Sexta-feira
19 DE ABRIL DE 2024

INFORMAÇÃO É TUDO

R$ 3,00
ANO 25 - Nº 8.838

PESQUISA

Tarcísio é aprovado por quase metade dos moradores da cidade de SP

ESTADO/A6

Associação de Terminais prevê reversão na cobrança de IPTU

» Prefeitura pretende arrecadar R$ 34,8 milhões neste ano com a cobrança dos terminais que ocupam áreas federais

Em entrevista exclusiva ao Diário do Litoral, o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva afirmou acreditar que, "em abril ou maio", o Supremo Tribunal Federal voltará a discutir a legalidade e a abrangência da cobrança de IPTU em áreas da União cedidas ou arrendadas. E a expectativa é de vitória da tese defendida pelos operadores portuários. "Não haverá cobrança de imposto", projeta Jesualdo. CIDADES/A3

IPTU pode incidir sobre estradas e Sabesp

Hoje, há 36 portos públicos organizados no Brasil e mais de 250 terminais de uso privado. Segundo Relatório de Avaliação Concorrencial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o setor é responsável por 98% das exportações brasileiras e por 92% das importações em termos de volume. Mas, tanto na Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) quando no Sindicato dos Operadores Portuários do Estado (Sopesp), reina o silêncio. CIDADES/A3

ARNAUD PIERRE COURTADON/DIÁRIO DO LITORAL

Primeira fase do Parque Valongo atinge 60% dos trabalhos

Projeto está transformando área de antigos armazéns no Centro CIDADES/A4

Saúde amplia a vacinação contra dengue

O Ministério da Saúde ampliou o público-alvo da vacinação contra a dengue para evitar perdas de estoques de vacinas que estão próximas do vencimento. Doses com validade até 30 de abril poderão ser aplicadas, preferencialmente, em crianças e adolescente de 6 a 16 anos. A imunização poderá ser estendida a pessoas de 4 a 59 anos. BRASIL/A7

PRAIA GRANDE

Jovem morre após ser agredido por dois estudantes CIDADES/A4

Pizzaria de Santos está no Top-50 da América Latina CIDADES/A4

Mongaguá abre 189 vagas em concurso público CIDADES/A4

BERTIOGA

Festival Internacional Indígena começa nesta sexta-feira

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

O Festival Internacional Indígena de Bertioga (FIIB) acontece a partir de hoje. Com o tema "Mãe Terra – Vida Saudável e Meio Ambiente", o evento valoriza, incentiva e busca preservar as tradições dos povos originários. A programação acontece em três locais: no Parque dos Tupiniquins, na Tenda de Eventos e em uma arena montada ao lado da Tenda, no Centro da Cidade. Entre os convidados para o FIIB deste ano, estão 140 indígenas de cinco etnias. No sábado, a partir das 22h, haverá na Tenda de Eventos um show com a cantora e ativista Maria Gadú. CIDADES/A3

NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Alagamentos e deslizamentos

Sistema nacional de alerta vai ser lançado até maio

Um sistema de alerta, via mensagens de celular, que ajudará a população em situações de desastres naturais, como alagamentos e deslizamentos decorrentes de chuvas intensas, deverá ser colocado em prática pelo governo federal até o fim de maio. A ideia é aumentar a sinergia entre os entes federados, bem como organizar e definir planos de contingência mais eficientes para a população. BRASIL/A7

ISSN 2177-0824

CONTRA PONTO

Por LG Rodrigues e colaboradores

FABIO POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Eleições. Luis Henrique, jovem de 22 anos e morador da Zona Noroeste de Santos, anunciou o lançamento da sua pré-campanha para vereador na última sexta-feira (12). Na ocasião, Telma de Souza, ex-prefeita da Cidade, compareceu no Clube de Bocha da ZNO para mostrar seu apoio ao pré-candidato. Outras 40 pessoas também participaram do evento.

Durante o lançamento. Com um discurso forte, Luís Henrique criticou o abandono político que a região sofre. "Hoje, não temos cultura, não temos educação e não temos segurança", afirmou. O jovem também reforçou sua luta para trazer o Instituto Federal de Santos, anunciado no começo do ano pelo Presidente Lula, para a Periferia do Município.

Violência. A morte de um adolescente que foi agredido dentro de uma escola em Praia Grande por outros estudantes (mais detalhes na página A4) foi bastante discutida por famosos e anônimos ao longo de ontem (18) e o deputado estadual Caio França foi um dos que se manifestou a respeito.

Abre aspas. "Estou chocado com a tragédia em Praia Grande. Como pai e deputado, solicitei uma investigação rigorosa sobre a morte do jovem Carlos. Bullying não é brincadeira, principalmente porque o caso já vinha acontecendo há algum tempo. Não ficará impune. Meus sentimentos aos familiares", afirmou o parlamentar.

Dito isso. Algo que chamou a atenção deste que vos escreve é o fato de que esta não é a primeira vez que um acontecimento grave se dá na mesma unidade do Estado. Em 2016, novamente este que vos escreve, também reportou um incêndio dentro de uma sala de aula na mesma escola

À época. Estudantes atearam fogo nas cortinas de uma sala de aula. Felizmente, ninguém se feriu.

De olho. O deputado estadual Luiz Claudio Marcolino (PT) protocolou uma emenda para garantir a participação da sociedade nas decisões propostas no Projeto de Lei Complementar nº 9/2024 do governador Tarcísio de Freitas, que instituí o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo.

Como será. A proposta do parlamentar, a emenda nº 57, se for aprovada, garantirá que as escolas cívico-militares poderão ser instituídas apenas se o programa for levado para ser deliberado na Conferência Estadual de Educação, após ter sido aprovado nas conferências municipais dos 645 municípios do Estado de São Paulo e pelos respectivos Conselhos Municipais de Educação de todas as cidades paulistas.

DIÁRIO do litoral.com.br

Informação é Tudo
Somos Impresso.
Somos Digital.
Somos Conteúdo.
Diário do Litoral - 25 anos

SERGIO SOUZA
Fundador

ALEXANDRE BUENO
Diretor Presidente

DAYANE FREIRE
Diretora Administrativa

ARNAUD PIERRE COURTADON
Editor Responsável

JORNAL DIÁRIO DO LITORAL LTDA · Fundado em 12/11/1998 · Jornalista Responsável: Alexandre Bueno (MTB 46737/SP) · **Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Folhapress (FP) · **Comercial e Redação:** Rua General Câmara, 141 SALA 82 - Centro - Santos. CEP: 11010-121 - Fone: 13. 3307-2601 · **Parque Gráfico:** Rua General Câmara, 254. Centro - Santos. CEP: 11010-122. **São Paulo:** Rua Tuim, 101-A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-100 - Fone: 11. 3729-6600 · Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM DIÁRIO

Fundador - Sergio Souza
sergio@diariodolitoral.com.br
Diretor Presidente - Alexandre Bueno
alexandre@diariodolitoral.com.br
Diretora Administrativa - Dayane Freire
administracao@diariodolitoral.com.br
Editor Responsável - Arnaud Pierre
editor@diariodolitoral.com.br
Site e redes sociais
site@diariodolitoral.com.br

Fotografia
fotografia@diariodolitoral.com.br
Publicidade
publicidade@diariodolitoral.com.br - marketing@diariodolitoral.com.br
Financeiro
financeiro@diariodolitoral.com.br
Gráfica
grafica@diariodolitoral.com.br

Telefone Gráfica e Redação
13. 3307-2601
Site - www.diariodolitoral.com.br

GRUPO GAZETA DE S. PAULO

Edição digital certificada:

Jornal Associado:

CHARGE

POST IMPRESSO

Este espaço é destinado a você, leitor-internauta, para reclamar, comentar, sugerir, interagir... sobre seu bairro, sua cidade, nossas matérias, enfim, ele foi desenvolvido com o objetivo de ser a voz da população. Só há um pedido: que atentem às palavras. As expressões ofensivas - que não sugerem melhorias à população - não poderão ser publicadas devido à nossa função pública. Comente em nossas redes sociais.

Cadê a auditoria?

Marcelo Gomes, sobre: Cadê a auditoria? Não é possível pagar esse valor na situação em que se encontra o Brasil todo

Quem será o dono da empresa que vende o painel?

Leila Abreu, sobre: Cadê a auditoria? Não é possível pagar esse valor na situação em que se encontra o Brasil todo

Que isso!?

Helena, sobre: Cadê a auditoria? Não é possível pagar esse valor na situação em que se encontra o Brasil todo

Bukowski diante das **areias do tempo**

O filósofo argentino José Ingenieros, em seu livro "Las fuerzas morales", nos lembra que cada época tem que lutar para reconquistar a história. As pessoas de todos os tempos, dentro de suas circunstâncias, devem esforçar-se nessa empreitada.

O conhecimento, por sua natureza, encontra-se espalhado pela sociedade, em repouso sobre incontáveis fragmentos, como se fosse um oceano de areia diante do horizonte da existência e, cada geração, deve procurar reconstruir, com as areias do tempo, o palácio da memória, o templo da história porque, sempre, cedo ou tarde, vem a roda-viva e sopra novas circunstâncias em nossa vida mal vivida, que vão erodindo todo o trabalho que foi realizado por nós e pelas gerações que nos antecederam.

A cada nova circunstância que se apresenta, é necessário que procuremos atualizar a nossa visão do passado, para que possamos melhor compreender o momento presente e, principalmente, a nós mesmos. Nesse sentido, podemos afirmar, sem medo de errar, que a história é sempre reescrita. Sempre.

É importante lembrarmos que reescrever a história não significa, de jeito-maneira, esculachar os historiadores de antanho, supostamente desmentindo-os, muito menos fantasiar uma nova narrativa a respeito do caminho que foi percorrido pelos nossos antepassados. Nada disso cara pálida. Reescrever a história é o ato de aprofundar, com esmero, o que nos foi legado pelos estudos realizados pelos historiadores das gerações anteriores, corrigindo os erros e equívocos que porventura eles tenham cometido para, deste modo, darmos uma modesta contribuição nessa obra de perene construção que é o desvelamento da verdade.

Nesse sentido, todo sujeito que vem com aquela conversa azeda de que tudo o que até então foi ensinado a respeito de algo é mentira e que ele, elezinho, vai apresentar para todos a verdade que foi até então escondida, na real, esse tipo de caboclo não sabe o que é história, ignora por completo o que seja a verdade e, obviamente, não compreende a problemática e conflituosa relação que existe entre o conhecimento da verdade e a construção do conhecimento histórico (que, aliás, é um trem pra lá de divertido).

Além disso, quando nos portamos desse modo, estamos a transparecer toda a soberba que envenenou a nossa minguada inteligência e envaideceu o nosso limitado olhar e isso, frequentemente acontece, quando desistimos de querer compreender a vida à luz da história, para querermos enquadrar a história no molde torto de uma ideologia qualquer.

> **É importante lembrarmos que reescrever a história não significa, de jeito-maneira, esculachar os historiadores de antanho**

Se procedermos dessa maneira enviesada, não estaremos a reescrever a história a partir das circunstâncias presentes; estaremos sim, a reeditar o passado para que aponte para o fim último que é indicado pela ideologia na qual depositamos nossas esfarrapadas esperanças, ideologia a qual colocamos indevidamente no lugar da busca amorosa e abnegada pelo conhecimento da verdade.

Se seguirmos por essa vereda, a história acabará por ser reduzida à feição de um ídolo sem vida que, no máximo, servirá apenas para justificar nossos disparates apoquentados do momento.

Para realizarmos essa tarefa, de reconquistar o passado, de forma diligente, é preciso que nos refugiemos naquele lugar que há em nosso coração que, segundo o poeta Charles Bukowski, nunca será preenchido. É nesse jardim secreto que devemos, de tempos em tempos, refazer os castelos de areia do saber histórico, e drenar os pântanos da ignorância presunçosa, para podermos contemplar o ziguezaguear dramático da ventura e da desventura humana através do tempo.

Mas, infelizmente, nós não queremos, realmente, conhecer a musa da história, não é mesmo? Não mesmo. No fundo, o que queremos é ter apenas uma e outra informação histórica para esfregar nas ventas dos nossos adversários e desafetos para, ao final, podermos vencer os bate-bocas da vida sem, necessariamente, termos que utilizar o tal do bom senso e, muito menos, a dita-cuja da razão.

Não é à toa, nem por acaso que frequentemente, sem que percebamos, a história se repete.

*** Dartagnan da Silva Zanela,** professor, escrevinhador e bebedor de café

TERMINAIS. Prefeitura pretende arrecadar R$ 34,8 milhões neste ano com a cobrança de IPTU dos terminais portuários

Associação prevê reversão na cobrança de IPTU 'em abril ou maio'

Diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva acredita que, "em abril ou maio", o Supremo Tribunal Federal voltará a discutir a legalidade e a abrangência da cobrança de IPTU em áreas da União cedidas ou arrendadas. E a expectativa é de vitória da tese defendida pelos operadores portuários: "Não haverá cobrança de imposto", projeta Jesualdo.

A confiança reside no fato de que a 1ª Turma do STF deu provimento parcial ao pleito da Inframerica, empresa que opera o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Embora tenham mantido a cobrança do IPTU por parte da Prefeitura local, os ministros acolheram parcialmente o recurso impetrado pela concessionária no sentido de que as áreas operacionais do aeródromo não sejam passíveis de cobrança.

Essa decisão foi prolatada em outubro de 2023, portanto, ela é posterior aos entendimentos firmados pelo próprio STF em 2018, que garantiram a cobrança do IPTU em todas as áreas da União arrendadas a empresas de direito privado, incluindo os terminais portuários de Santos.

Relator na análise do agravo de instrumento impetrado pela Inframerica, o ministro Luís Roberto Barroso considerou que as circunstâncias do caso não permitem o reconhecimento da imunidade tributária recíproca em relação "a todo o complexo aeroportuário".

No entendimento de Barroso, ratificado pelos demais ministros da 1ª Turma, há no aeroporto "atividades acessórias com finalidade lucrativa, realizadas por empresas privadas". Assim, ficou evidente que lojas e restaurantes instalados no aeródromo não exercem qualquer serviço público de competência da União, embora ocupem áreas da União. Portanto, a essas empresas não se aplica a imunidade tributária recíproca em relação ao IPTU.

ÁREAS OPERACIONAIS.
Porém, Barroso e a 1ª Turma do STF admitiram que as áreas operacionais do aeroporto, onde ocorrem "atividades obrigatórias vinculadas ao serviço público de infraestrutura aeroportuária" merecem tratamento diferenciado.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SANTOS
O diretor da ABTP afirma que não será feita nenhuma cobrança

Ou seja, nessas áreas operacionais, embora esteja patente a forma indireta de prestação do serviço público através de uma empresa privada, na essência trata-se de prestação de serviço público. Esse é o caso de pistas de pouso e decolagem, e de terminais de embarque e desembarque. Consequentemente, a imunidade tributária recíproca estaria assegurada à concessionária que administra o aeroporto exclusivamente nessas áreas operacionais.

E é nesse detalhe que reside a confiança da Associação Nacional dos Terminais Portuários. "O ministro Barroso deu uma interpretação um pouco diferente (às anteriores, de 2018), garantindo a imunidade recíproca nas áreas operacionais. E nos terminais portuários, tudo é área operacional. Esse é um ponto favorável para nós, é o STF mudando o entendimento", resume Jesualdo.

E essa eventual mudança de entendimento, afetaria diretamente os terminais privados de Santos. "O entendimento atual gerou uma onda de cobrança de IPTU em vários municípios. Tem ação (judicial) em tudo que é porto. Em Santos, alguns acabam pagando para não paralisar suas atividades, mas eles não abrem mão do direito de contestar essa cobrança na Justiça".

Paralelamente, a ABTP tem dialogado com o Departamento Jurídico do Ministério de Portos e Aeroportos e com a Advocacia-Geral da União no sentido de buscar soluções para o impasse. E essas conversas incluem, também, operadores privados dos setores ferroviário e rodoviário.

POLÊMICA.
Como revelou ontem o Diário do Litoral, a Prefeitura projeta um aumento de 56,26% na arrecadação com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no atual exercício fiscal de 2024. Casso essa previsão se confirme, o Município arrecadará R$ 12,3 milhões a mais que em 2023 com esse tributo na área portuária.

E isso acontecerá mesmo com o lançamento de menos carnês aos arrendatários do Porto neste ano. Em 2023, a Secretaria Municipal de Finanças e Gestão (Sefin) lançou carnês de cobrança para 60 inscrições imobiliárias. O valor total projetado pelo Município somava R$ 22,5 milhões. Em 2024, a Sefin lançou carnês para 'apenas' 37 inscrições imobiliárias, mas pretende arrecadar R$ 34,8 milhões.

Porém, essa previsão esbarra na inadimplência de 14% entre esses contribuintes.

E essa insolvência é superior à média geral dos contribuintes municipais. Segundo a Secretaria de Finanças e Gestão, a inadimplência do IPTU e da Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar, cobrados conjuntamente, foi de 9,74%, em 2022. Já no ano passado, esse índice foi de 10,25%. Ou seja, a inadimplência entre os terminais portuários é 40% superior à dos demais contribuintes santistas.

E ela é alimentada por batalhas judiciais acerca do direito do Município de cobrar ou não o imposto de prestadores de serviços que substituem o poder público e que ocupam imóveis e bens da União no exercício de suas atividades. É a chamada imunidade recíproca, prevista no Artigo 150, Inciso VI, da Constituição Federal. Municípios, estados e União não podem cobrar impostos entre si, uns dos outros. **(Nilson Regalado)**

IPTU pode vir a incidir sobre estradas e Sabesp

Hoje, há 36 portos públicos organizados no Brasil e mais de 250 terminais de uso privado. Segundo Relatório de Avaliação Concorrencial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o setor portuário é responsável por 98% das exportações brasileiras e por 92% das importações em termos de volume.

"Essas atividades são catalisadoras do desenvolvimento econômico e social do País. É por esta razão que a atividade (portuária) sempre terá natureza de serviço público e não de atividade econômica em sentido estrito, não importando se é exercida no âmbito de portos públicos ou privados, Conclui Marcela Bocayuva.

DIVULGAÇÃO
Assunto levou até mesmo a Sabesp ao centro das discussões

Apesar da polêmica, tanto na Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) quanto no Sindicato dos Operadores Portuários do Estado (Sopesp), que representam o setor, reina o silêncio.

O Sopesp se limitou a dizer, através de sua Assessoria de Comunicação, que não conseguiria "contribuir com a matéria nesse momento". Já ABTP não atendeu aos insistentes pedidos de entrevistas, tampouco respondeu às quatro perguntas formuladas pelo Diário do Litoral em 26 de março.

ESTRADAS E SABESP.
E o tema é tão polêmico que o mesmo STF que determinou o pagamento do tributo municipal pela Petrobras, revisou acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que havia determinado o pagamento do IPTU pela antiga Companhia Docas do Estado de São Paulo, rebatizada como Autoridade Portuária de Santos. A decisão monocrática foi exarada pelo ministro Luiz Fux.

E a discussão é ampla porque a cobrança de IPTU pode, em tese, incidir também sobre aeroportos e estradas concedidas pelo poder público à iniciativa privada que, assim como os terminais portuários, utilizam imóveis do estado com finalidade de obter lucro. Estações e linhas do Metrô sob administração de empresas privadas, redes de transmissão de energia elétrica e até a infraestrutura da Sabesp, em vias de ser privatizada pelo Governo do Estado, também seriam passíveis de cobrança por parte de inúmeros municípios Brasil afora

LIVRE CONCORRÊNCIA.
"Nos tribunais, é comum que esse debate perpasse por questões atinentes aos princípios da livre concorrência, como argumento para a discussão sobre a cobrança do IPTU nas áreas de concessões públicas. No setor portuário, especialmente, não há o que se falar em afetação em nível concorrencial, porque caso a extensão da imunidade recíproca seja conferida, a regra se aplicará a todas as empresas que operam no setor sob as mesmas condições contratuais, extinguindo a tese de que a imunidade violaria a livre concorrência", comenta Bruno Burini, da BRZ Advogados, que atua para Marimex, terminal alfandegado em Santos. **(Nilson Regalado)**

Festival Internacional Indígena de Bertioga começa hoje

Entre os convidados para o FIIB deste ano, estão 140 indígenas de cinco etnias

O Festival Internacional Indígena de Bertioga (FIIB) acontece neste final de semana, a partir de hoje. Com o tema "Mãe Terra – Vida Saudável e Meio Ambiente", o evento valoriza, incentiva e busca preservar as tradições dos povos originários. A programação acontece em três locais: no Parque dos Tupiniquins, na Tenda de Eventos e em uma arena montada ao lado da Tenda, no Centro.

A programação acontece em três locais: no Parque dos Tupiniquins, na Tenda de Eventos e em uma arena no Centro

Entre os convidados para o FIIB deste ano, estão 140 indígenas de cinco etnias, de várias cidades do país, como Bertioga (SP), São Vicente (SP), Ilha do Bananal (TO), Confresa (MT), Tangará da Serra (MT), e Rondonópolis (MT). Está confirmada a vinda de Alba Duarte Portillo - poeta indígena do Paraguai; Victoria Portillo Duarte - Ativista cultural Guarani do Paraguai; e Martha Kichua, ativista cultural indígena do Equador.

No sábado, a partir das 22h, haverá também, na Tenda de Eventos - ao lado do Parque dos Tupiniquins, um show com a cantora e ativista Maria Gadú, promovido em parceria com o Sesc Bertioga.

DIVULGAÇÃO/PMB
No sábado, a partir das 22h, haverá também, na Tenda de Eventos - ao lado do Parque dos Tupiniquins, um show com Maria Gadú

O festival realizado pela Prefeitura de Bertioga com curadoria do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) tem o objetivo de possibilitar o intercâmbio das manifestações culturais, espirituais e corporais entre os povos indígenas e não indígenas, além de promover o respeito à diversidade étnica e cultural dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade às causas sociais, ambientais e culturais desses povos.

Confira a programação do primeiro dia:

19/04 – Sexta-feira
9h na Arena – Recepção aos indígenas visitantes
9h30 na Arena – Atividades para crianças (Javaé e Tapirapé)
9h30 no Parque – Início da Feira de Artesanato
10h na Tenda – Fórum de Sabedoria Indígena com apresentação cultural
10h30 no Parque – Pinturas corporais (demonstração para crianças – Pareci)
11h15 no Parque – Celebração do dia dos Povos Indígenas
14h na Arena – Atividades para crianças (Pareci, Bororo e Guarani)
15h na Arena – Práticas corporais indígenas e apresentações culturais
16h no Parque – Pinturas corporais Javaé
17h no Parque – Cerimônia encontro das águas
18h na Tenda – Mostra de produções audiovisuais indígenas
19h30 na Arena – Cerimônia de abertura **(DL)**

INVESTIGAÇÃO. A vítima e os acusados estudavam juntos no 6º ano do Ensino Fundamental. Caso ocorreu no dia 9

Jovem morre após ser agredido por dois estudantes em PG

Um aluno de 13 anos morreu uma semana depois de terem pulado em suas costas em uma escola estadual da Praia Grande, segundo afirma o pai do menino. O caso foi registrado na Polícia Civil e a causa da morte ainda está sendo investigada.

Segundo a família do adolescente, ele era saudável e a morte aconteceu após a agressão sofrida. Dois meninos teriam pulado sobre a vítima na Escola Estadual Professor Júlio Pardo Couto.

A vítima e os acusados estudavam juntos no 6º ano do Ensino Fundamental. O caso aconteceu no dia 9 de abril.

No mesmo dia, o adolescente reclamou de dores nas costas e falta de ar. Ele foi levado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Praia Grande ao menos três vezes na semana, onde era medicado e, em seguida, liberado, de acordo com o pai.

A situação se agravou na última segunda-feira (15) e o jovem foi levado à UPA Central de Santos.

Lá, ele precisou ser internado e entubado. Na terça-feira (16), foi transferido para Santa Casa de Santos onde morreu após sofrer três paradas cardiorrespiratórias.

BULLYING.
Segundo o pai do jovem, seu filho relatou que estava de costas para a dupla conversando com um outro colega. Neste momento, os adolescentes teriam pulado em cima dele. Ele ainda acrescentou que a vítima sofria bullying e que já havia sido agredido por outros alunos anteriormente.

SEDUC-SP.
A Seduc-SP (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo) afirmou, em nota, que lamenta profundamente a morte do estudante e que a Diretoria de Ensino instaurou uma apuração preliminar interna e colabora com as autoridades nas investigações. **(DL)**

GOOGLE / STREET VIEW

Caso aconteceu na Escola Estadual Professor Júlio Pardo Couto, em Praia Grande

ABUSO SEXUAL

Homem é preso por armazenar conteúdo

Nesta quarta-feira (17), um homem foi preso em flagrante por armazenar vídeos e fotos de abuso sexual infantil em Santos. De acordo com a Polícia Federal, ele pode ser condenado a até 10 anos de prisão, pena máxima para crimes de compartilhamento e armazenamento de conteúdo do tipo.

A 5ª Vara Criminal Federal de Santos expediu o mandado de busca e apreensão, que foi cumprido pela PF. Segundo a própria corporação, que se manifestou por meio de nota, o suspeito foi investigado e as autoridades descobriram que ele possuía uma grande quantidade de arquivos com imagens e vídeos de abuso sexual infantil, que ele armazenava em dispositivos eletrônicos.

Os celulares onde o conteúdo foi encontrado foram apreendidos pela PF. O homem foi preso em flagrante e conduzido a Delegacia de Polícia Federal em Santos. **(DL)**

Parque Valongo está 60% concluído em Santos

O espaço contemplará uma área contendo duas quadras de beach tennis

Previsto para ser entregue em 30 de junho, as obras da primeira fase do Projeto Valongo seguem a todo vapor. O prefeito de Santos, Rogério Santos, realizou uma vistoria ao local na tarde da última quarta-feira (17). O espaço contemplará uma área contendo duas quadras de beach tennis estrutura de playground,alameda de concreto, píer contemplativo e estrutura das áreas ajardinadas concluídas.

"Está chegando a hora, muito em breve a primeira fase do Parque Valongo estará pronta. Este armazém está sendo restaurado para ser um espaço multiúso. E já temos quase prontas também as áreas de lazer para as famílias santistas e turistas", destacou o prefeito.

> **"Já temos quase prontas também as áreas de lazer para as famílias santistas e turistas", disse o prefeito**

O Parque Valongo conta com recursos da iniciativa privada e vai transformar áreas de antigos armazéns portuários, no Centro Histórico de Santos, em espaço de lazer, convivência e de atividades esportivas e culturais.

DOUG FERNANDES/PMS

O Parque Valongo conta com recursos da iniciativa privada

As obras da primeira fase do projeto foram iniciadas em 21 de setembro.

RECUPERAÇÃO DO ARMAZÉM 4 AVANÇA
Gerente do Projeto Parque Valongo, Felipe Tavora informa que, em outra frente, a recuperação do antigo Armazém 4 também está com estrutura bem avançada, já podendo ser usada para eventos a partir de julho. "Toda a infraestrutura de drenagem e da parte elétrica também foram concluídas".

Os principais próximos passos da primeira fase do Projeto Valongo, explica Felipe Tavora, são a finalização da estrutura metálica e a conclusão da instalação do telhado no Armazém 4, além da instalação dos brinquedos do playground. **(DL)**

Hospital de Cubatão tem nova CIPA

O Hospital Municipal de Cubatão (HMC) realizou a cerimônia de posse dos membros eleitos para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), um marco importante para a segurança dos colaboradores da instituição.

Ao todo, 20 colaboradores foram eleitos, sendo 10 por meio de votação aberta e outros 10 designados pela administração do hospital.

O mandato desses membros se estende até o ano de 2025, e sua função é primordial na identificação de riscos, investigação de acidentes e criar medidas preventivas.

O Hospital Municipal de Cubatão é administrado pela Sociedade Brasileira Caminho de Damasco (SBCD). **(DL)**

Pizzaria de Santos está no Top-50 da América Latina

Após cinco anos de trabalho e dedicação atendendo na cidade de Santos, no bairro Boqueirão, a Pizza di Casabona, especializada em massa de longa fermentação e que conta com a gestão do chef e empresário ítalo-brasileiro Eduardo Casabona, foi a primeira pizzaria do Litoral Sul a entrar para o ranking "50 Top Pizza" como uma das melhores pizzarias da América Latina. O evento da premiação ocorreu nesta quarta-feira (17), no Istituto Italiano di Cultura, no Rio de Janeiro.

Para a classificação do Pizza di Casabona, que ficou com o 45° lugar, se o guia internacional avaliou, por meio de fiscais, julgadores e curadores autônomos e independentes, a pizzaria como um todo. Foram levados em consideração, principalmente, critérios decisivos sobre a qualidade dos produtos utilizados.

arquivo

Trabalho do chef e empresário ítalo-brasileiro Eduardo Casabona foi reconhecido por premiação internacional

Outros deles estão relacionados com a combinação dos ingredientes, ambientes com design diferenciado, mas, acima disso, limpeza e bom atendimento, período de espera de solicitação de mesa, orientação para pedidos e prazo de preparação e serviço para o consumo dos clientes no próprio local.

"Quando recebemos a notícia do prêmio foi uma sensação indescritível. É muito gratificante ter esse reconhecimento sendo uma pizzaria que não está nas grandes capitais brasileiras, então ficar em 45º lugar da América Latina é uma conquista maior ainda. Por mais que Santos seja uma cidade conhecida pelo futebol, turismo e pelo porto, a nossa gastronomia é muito forte, então esse prêmio mostra a qualidade do nosso trabalho e que a cidade também merece esse reconhecimento", comemora Eduardo Casabona, proprietário e chef da Pizza di Casabona.

Desde que voltou da Itália para o Brasil, em 2018, após morar e aprender sobre a culinária local na Calábria, mais precisamente em Belvedere Marittimo, comuna com pouco mais de oito mil habitantes, na província de Cosenza, Eduardo se aperfeiçoou em preparar suas pizzas com ingredientes selecionados em cursos com dois chefes de origem napolitana. **(DL)**

Mongaguá abre 189 vagas em concurso

A Prefeitura de Mongaguá anunciou a realização de um novo concurso público, com o objetivo de preencher 189 vagas, além de formar cadastro reserva, para profissionais de níveis médio, técnico e superior.

De acordo com o edital, as oportunidades são para os seguintes cargos: Atendente de Educação I (34); Auxiliar Educador Cuidador (10); Operador de Máquina Roçadeira Costal (10); Operário (20); Agente de Serviços de Trânsito (15); Auxiliar de Serviços Gerais (20); Educador Cuidador Residente (2); Escriturário (10); Guarda Civil Municipal (20); Motorista (33); Analista Jurídico (10); Auditor Fiscal de Tributos Municipais (5).

No quantitativo de vagas acima mencionado, encontram-se as reservadas para candidatos (AC, PCD) que se enquadrem nos itens especificados no edital de abertura.

Para concorrer a uma das oportunidades é necessário que o candidato comprove o nível de escolaridade exigido para a função em que pretende atuar, tenha idade mínima de 18 anos, dentre outros requisitos.

Ao serem admitidos, os profissionais deverão cumprir jornadas de 40 horas semanais e contarão com remuneração mensal de R$ 1.700,00 a R$ 5.500,00.

INSCRIÇÃO.
Os interessados podem se inscrever de 18 de abril de 2024 a 3 de maio de 2024, pelo site do Indepac, com taxas de R$ 27,00 a R$ 57,00. Vale pontuar que a solicitação de isenção do valor poderá ser feita entre os dias 18 e 19 de abril de 2024. **(DL)**

SEGUNDO PRATES

Tomaz Silva/ Agência Brasil

Garantia foi dada pelo presidente Jean Paul Prates

Petrobras não discutirá dividendos nesta sexta

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou nesta quinta-feira que a proposta de distribuição de dividendos extraordinários da diretoria da empresa está respaldada pelos números, mas que a decisão final sobre o valor distribuído será tomada pelo governo.

O tema, porém, não está na pauta da próxima reunião do conselho de administração da companhia, agendada para esta sexta-feira (19). De todo modo, pode ser levado pelo governo diretamente à assembleia de acionistas no dia 25 de abril.

A diretoria da Petrobras sugeriu a distribuição de 50% dos R$ 43 bilhões de lucro adicional que a companhia teve em 2024 sob a forma de dividendos extraordinários, mas a proposta foi rejeitada por conselheiros representantes do governo.

A retenção do valor deu início a um processo de fritura de Prates, que se intensificou no início do mês, mas perdeu força nos últimos dias, garantindo a sobrevida do executivo no comando da estatal.

Na semana passada, os ministérios da Casa Civil e de Minas e Energia recuaram e passaram a apoiar a distribuição de parte do valor, que é defendida pelo ministério da Fazenda.

A diretoria da Petrobras já tomou uma decisão e a proposta está respaldada", afirmou Prates. "Agora o governo vai orientar o conselho [sobre eventual mudança de posicionamento]".

O conselho de administração da Petrobras se reúne no próximo dia 19, mas o assunto não está na pauta. O governo pode levar uma nova proposta de dividendos diretamente a assembleia de acionistas, que é responsável por definir a destinação dos lucros.

O presidente da Petrobras evitou comentar notícias sobre sua demissão, dizendo que não fala sobre especulações.

Prates participou do lançamento do Mapa de Estaleiros do Brasil, organizado pelo IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás). O mapa traz um raio-x da indústria naval brasileira, que passou por profunda crise nos últimos anos.

Em seu discurso, ele defendeu a contratação de embarcações no país, a retomada de obras paralisadas após a Operação Lava Jato e a reabertura de unidades de fertilizantes da estatal fechadas no governo Jair Bolsonaro.

A retomada das obras nos estaleiros é uma promessa de campanha do presidente Lula e a demora nas contratações tem sido um dos focos de crítica de aliados do governo sobre Prates.

"Infelizmente, o país viveu um debate extremamente polarizado sobre isso [contratações em estaleiros locais]. E isso é péssimo, porque nenhum dos dois lados tem 100% de razão", disse.

Ele afirmou que não só o Brasil, mas outros países fomentam políticas para ter "uma indústria naval forte, que empregue pessoas no seu território, de forma legítima, sem nenhum sentimento de culpa".

Prates apresentou a demanda da Petrobras para o setor, que inclui módulos de plataformas de produção de petróleo, desmantelamento de plataformas antigas e a construção de navios e embarcações de apoio à produção.

A companhia já lançou licitação para 12 barcos de apoio e planeja licitar mais 10 ainda este ano. Outros 11 serão necessários até 2030. Ao todo, são previstos investimentos de US$ 2,5 bilhões, com a geração de 28 mil empregos.

Espera lançar ainda em 2024 licitação para quatro navios para o transporte de combustíveis. Para 2025, estão previstas licitações para mais quatro e outros oitos navios de gás de cozinha.

O presidente da Petrobras defendeu as contratações no país, mas disse que é preciso um plano de governo para incentivar a competitividade da indústria nacional.

"Precisamos nos juntar a um programa trilateral com governo, instituições financeiras e FMM [Fundo de Marinha Mercante] para que todos participem do processo de financiamento", afirmou.

Prates defendeu também a retomada de obras de refino paralisadas pela Lava Jato, como a Refinaria Abreu e Lima e o antigo Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

"Temos que terminar, vamos retomar uma por uma. Vai virar o quê? Elefante branco, com 80% concluído, como essa planta de fertilizantes do Mato Grosso do Sul? Se for viável, faremos."

Nesta quinta, a Petrobras anunciou a retomada das operações da fábrica de fertilizantes do Paraná, que foram suspensas no governo Jair Bolsonaro (PL). **(FP)**

Auxílio moradia custaria até R$ 33,6 bi

GASTOS. O grupo integrado por especialistas em economia e políticas públicas da corte avaliou o impacto

Jorge Araujo/Fotos Públicas

Pessoas em situação de rua aumentaram na Baixada e no País durante os últimos anos

A criação de um auxílio moradia de R$ 500 mensais para pessoas em situação de rua no país custaria até R$ 33,6 bilhões por ano aos cofres públicos, segundo cálculo do STF.

O estudo foi apresentado nesta quarta (17), a pedido do ministro Edson Fachin, dentro de uma ação chamada mandado de injunção, da qual é relator.

Este tipo de ação, que foi apresentada pela DPU, é usada quando a parte no processo quer fazer valer os direitos previstos na Constituição que precisam de lei ou norma específica. Neste caso, o direito do acesso à moradia.

O grupo integrado por especialistas em economia e políticas públicas da corte avaliou o impacto em quatro cenários, que variam de R$ 1,4 bilhão a R$ 33,6 bilhões, dependendo do dado utilizado de demanda por moradia permanente no Brasil.

"Não obstante tal diferença, observa-se, nos quatro cenários, o grande impacto financeiro em termos absolutos e em termos relativos quando comparado a outras políticas públicas voltadas para a população economicamente vulnerabilizada", diz a nota.

A defensoria alegou, em seu pedido ao STF, que não há regulamentação do direito à moradia para pessoas em situação de rua no país.

Já as presidências do Senado e da Câmara disseram que já há "farto arcabouço normativo" para garantir o direito à moradia e que o Congresso Nacional tem exercido o seu papel.

Em abril do ano passado, o então procurador-geral da República, Augusto Aras, também se manifestou para que o pedido fosse indeferido, por já ser tema de legislação infraconstitucional (fora da Constituição).

Aras afirmou à época que programas, como a Casa Verde e Amarela e o Minha Casa, Minha Vida, já tratam do tema, com prioridade para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade

O ex-PGR argumentou que a maior ou menor disponibilidade de recursos a cada ano é também matéria de deliberação legislativa, via aprovação da lei orçamentária anual.

Afirmou ainda que, se o intuito é questionar a efetividade do arcabouço normativo e das políticas públicas adotadas, o mandado de injunção seria um tipo de processo inadequado.

Após as informações prestadas pela AGU e pela PGR, Fachin pediu que a defensoria esclarecesse se as leis e os atos normativos mencionados nas manifestações suprem a demanda.

A DPU sustentou que as normas são insuficientes. Para a defesa, os benefícios atuais têm temporalidade pré definida e filas de espera. Além disso, o futuro da construção de unidades habitacionais é incerto ou depende de disponibilidade orçamentária.

Por isso, sustentou que a única solução imediata e permanente para resolver o problema da moradia seria o pagamento mensal de um valor, "pois outra solução representaria o adiamento do exercício do direito".

A defensoria usou como base do pedido uma ação específica de uma pessoa em situação de rua, em Porto Alegre (RS), sob alegação de não ter renda para moradia digna.

Nesse caso, a DPU pediu aos presidentes da República e do Congresso Nacional e às outras esferas da administração informações sobre uma alternativa célere para o problema.

A esfera municipal respondeu que tem "uma extensa dívida social" com famílias inclusas em seus projetos, centenas em aluguel social, com 60 mil famílias inscritas que aguardam atendimento habitacional definitivo.

Já o estado informou que as pessoas em vulnerabilidade social não estão amparadas na Lei Estadual do Aluguel Social e que há insuficiência de recursos para atender a demanda.

A União, por sua vez, disse que a principal forma de atendimento às famílias de baixa renda está na produção e aquisição habitacional subsidiada, mencionando o Programa Casa Verde e Amarela, mas citando restrições orçamentárias. **(FP)**

Fique ligado

De 48 estaleiros, 15 estão desativados ou sem demanda

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), lançado nesta quinta-feira (18), mapeou 48 estaleiros brasileiros. A constatação é de que pelo menos seis estão desativados e nove estão ativos, mas atualmente não têm demanda de projetos navais.

Entre os estaleiros ativos, mas sem demanda atualmente, estão os dois maiores do país: Enseada, na Bahia, e o Atlântico Sul, em Pernambuco.

Entre os estaleiros ativos, mas sem demanda atualmente, estão os dois maiores do país: Enseada, na Bahia, e o Atlântico Sul, em Pernambuco

Juntos, os dois têm capacidade para processar mais de 200 mil toneladas de aço por ano, ou seja, 40% da capacidade instalada na indústria naval brasileira.

Outro estaleiro de grande porte que está sem demanda é o QGI, no Rio Grande do Norte. Outro, o Brasa, no Rio de Janeiro, encontra-se desativado, segundo o IBP.

A Petrobras participou da produção do levantamento. Segundo o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a empresa, sendo a principal operadora petrolífera no país, tem uma responsabilidade como o pilar principal da demanda naval no Brasil.

"[A indústria naval] não é uma indústria antiquada, superada. Ela tem ciclos novos, que se renovam. [Além do petróleo] vamos continuar precisando de barcos de apoio para as usinas eólicas offshore, para transporte de passageiros, logística", disse Prates. "Temos que deixar de colocar esse rótulo de que resgatar essa indústria é coisa antiquada, com cheiro de mofo."

O mapeamento mostra que cinco estaleiros atendem a projetos da Petrobras, inclusive quatro dos 13 grandes mapeados pelo levantamento. Prates citou como exemplo a produção de módulos das plataformas P78, P80 e P83, na Brasfels, no Rio de Janeiro; da P79, no EBR, no Rio Grande do Sul; e da P82, no Jurong Aracruz, no Espírito Santo.

"Temos expectativas para a construção, em breve, da P84 e da P85. Essas [junto com a P82 e P83] são as maiores já construídas pela Petrobras com [capacidade de produção de] 225 mil barris/dia", disse o presidente da estatal.

Segundo ele, há ainda projetos de embarcações de apoio que serão contratadas em breve pela Petrobras. Somente este ano, serão 34 contratações, sendo 24 já anunciadas neste mês. Dez serão anunciadas até o fim do ano. **(AB)**

O mapeamento mostra que cinco estaleiros atendem a projetos da Petrobras, inclusive quatro dos 13 grandes mapeados pelo levantamento

Geraldo Falcão/Petrobras

ELEIÇÕES 2024. Já Guilherme Boulos (PSOL) – que pontua 16,8% no total – vai melhor na zona sul da cidade

Nunes tem mais votos na região centro-oeste de SP

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) teria o melhor desempenho na zona centro-oeste de São Paulo se as eleições municipais fossem hoje. Os dados são da pesquisa do Instituto Badra divulgada com exclusividade pela *Gazeta*.

Segundo o levantamento, Nunes receberia 29,8% dos votos na zona centro-oeste. O seu desempenho pior é na zona leste, onde teria 24,5% dos votos neste momento. O emedebista tem 26,3% dos votos no geral, conforme a Badra.

Já Guilherme Boulos (PSOL) – que pontua 16,8% no total – vai melhor na zona sul da cidade, região onde mora e onde a sua pré-candidata a vice, Marta Suplicy (PT), tem mais popularidade. Na parte sul da cidade, Boulos tem 21,3% das intenções de voto. Já o eleitorado da zona norte é o que daria menos votos ao parlamentar, com 12,1%.

Por sua vez, Tabata Amaral (PSB), que pontua com 10,3% no geral, também vai melhor na zona sul, com 14,6% da preferência do eleitor. A região na qual ela tem pior desempenho é a zona leste, com 7,2%.

NUNES LIDERA TODOS OS CENÁRIOS.
Nunes lidera todos os cenários para a Prefeitura de São Paulo, segundo a pesquisa do Instituto Badra. Este é o primeiro levantamento feito na cidade e registrado na Justiça Eleitoral após o fechamento da janela partidária.

Na sequência, aparecem Boulos e Tabata. O levantamento também mostrou a posição de Marina Helena (Novo), Pablo Marçal (DC), Kim Kataguiri (União Brasil) e Altino (PSTU).

SEGUNDO TURNO NA CAPITAL.
A pesquisa da Badra revela que o prefeito Ricardo Nunes venceria tanto Guilherme Boulos quanto Tabata Amaral em um eventual segundo turno na cidade de São Paulo.

Por outro lado, Boulos lidera a rejeição dos eleitores paulistanos, seguido por Nunes. Tabata é a que tem menos rejeição entre os nomes analisados.

MARCELO PEREIRA/SECOM

O prefeito Ricardo Nunes (MDB), pré-candidato à reeleição, é aprovado por 48% dos eleitores da cidade de São Paulo

APROVAÇÃO.
O prefeito Ricardo Nunes (MDB), pré-candidato à reeleição, é aprovado por 48% dos eleitores da cidade de São Paulo. Por outro lado, 30% dos paulistanos dizem reprovar a gestão do emedebista.

Já 22% não souberam avaliar o emedebista, que havia sido eleito em 2020 como vice de Bruno Covas (PSDB), e assumiu o cargo em maio de 2021, após a morte de Covas.

1.500 ELEITORES OUVIDOS.
A pesquisa ouviu 1.500 eleitores de forma presencial entre os dias 11 e 13 de abril, nas quatro macrorregiões da cidade, ou seja, zonas norte, sul, leste e centro-oeste, em quantitativo proporcional ao eleitorado, inclusive para gênero, faixa etária, escolaridade e renda.

A margem de erro é de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. A pesquisa está registrada sob o número SP-09533/2024. **(Bruno Hoffmann)**

CAPITAL PAULISTA

Tarcísio é aprovado por 49% dos paulistanos

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) é aprovado por 49% dos eleitores da cidade de São Paulo. Por outro lado, 32% dos paulistanos dizem reprovar a gestão estadual. Os dados são do Instituto Badra, divulgados com exclusividade pela *Gazeta* nesta quinta-feira.

NÃO SOUBERAM.
Já 19% não souberam avaliar o governador, eleito para o cargo nas eleições 2022 com o apoio do então presidente Jair Bolsonaro (PL).

PESQUISA BADRA.
A pesquisa Badra ouviu 1.500 eleitores presencialmente entre os dias 11 e 13 de abril, nas quatro macrorregiões da cidade: zonas norte, sul, leste e centro-oeste, em quantitativo proporcional ao eleitorado, inclusive para gênero, faixa etária, escolaridade e renda.

A margem de erro é de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. **(Buno Hoffmann)**

Lula é reprovado por 46% dos moradores da cidade de SP

A provação do presidente é de 43%; dados são do Instituto Badra, divulgados com exclusividade pela Gazeta nesta quinta-feira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é reprovado por 46% dos paulistanos. Já a aprovação é de 43% na cidade. Os dados são do Instituto Badra, divulgados com exclusividade pela *Gazeta* nesta quinta-feira.

O levantamento mostra que 11% não souberam avaliar o presidente da República, que está em seu terceiro mandato no cargo mais importante do País.

O levantamento mostra que 11% não souberam avaliar o presidente da República, que está em seu terceiro mandato no cargo mais importante do País

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Dados mostram que o presidente Lula é reprovado por 46% dos paulistanos

O Instituto Badra ouviu 1.500 eleitores de forma presencial entre os dias 11 e 13 de abril, nas quatro macrorregiões da cidade: zonas norte, sul, leste e centro-oeste, em quantitativo proporcional ao eleitorado, inclusive para gênero, faixa etária, escolaridade e renda.

A margem de erro do levantamento é de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. A pesquisa está registrada com o número SP-09533/2024. **(Bruno Hoffmann)**

Sindicato protesta contra Derrite por exclusão da Polícia Civil

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp) protestou contra a exclusão da Polícia Civil na operação Fim da Linha, deflagrada, recentemente, contra empresas suspeitas de ligação com o crime organizado no Estado. A indignação se estendeu a uma declaração do secretário da Segurança Pública paulista, Guilherme Derrite, de que "a Polícia Militar vai assumir o protagonismo do combate ao crime organizado".

Segundo análise de autoridades e de especialistas da área, a decisão representa usurpação de funções da Polícia Civil, o que pode comprometer, inclusive, a segurança da população. O Sindpesp defendeu o trabalho integrado entre as instituições.

"As forças de segurança precisam trabalhar em sintonia, harmonia e sinergia no estado de São Paulo. À Polícia Civil cabe o papel de investigar e de promover operações. À PM cabe o trabalho nas ruas, de patrulhamento ostensivo e preventivo. Quando o Estado passa a transferir atribuições da Civil para a Militar, a própria PM fica sem fazer o que, prioritariamente, é de sua alçada", disse a delegada Jacqueline Valadares, presidente do Sindpesp.

"Isso pode fragilizar ainda mais a estrutura policial como um todo. Sem contar que, a ponta, que é a população, que tanto clama por segurança, será prejudicada. Cabe à Secretaria de Segurança Pública unir as forças policiais e não confundir todo o trabalho", completou ela.

A delegada também lembrou que a integração entre as Polícias Civil e Militar e o tratamento equânime das instituições, inclusive, foram promessas de Derrite, assim que assumiu a secretaria. Capitão da PM, o aliado do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) também é deputado federal licenciado pelo PL-SP.

Derrite declarou, em evento recente, que as operações da polícia com o Ministério Público (MP) no Estado contra facções criminosas serão ainda mais frequentes e que "a PM vai assumir, com o MP, o protagonismo do combate ao crime organizado", com direito à troca de informações e de dados, e com a utilização de seus setores de inteligência, "para que, as ações sejam mais eficazes e constantes".

Rafael Alcadipani, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), saiu em defesa da Polícia Judiciária e refutou, veementemente, a ideia de Derrite.

"O enfrentamento ao crime organizado não pode ser refém de interesses corporativistas. A Polícia Civil de São Paulo tem muito a contribuir e não pode ser posta de lado. O Governo do Estado precisa respeitar a sua Polícia Civil", escreveu o professor da FGV, pelas redes sociais.

Em vídeo que passou a circular em grupos de policiais civis, o deputado federal Delegado Palumbo (MDB-SP) questiona Derrite sobre a exclusão da Polícia Civil na operação contra o PCC e critica a elaboração de TCs por parte da PM.

"Não dá para uma instituição usurpar a função da outra. Quantas chamadas do telefone 190 deixam de ser atendidas, atualmente? Milhares. A população liga no 190, não vai viatura, não vai ninguém. E vão colocar a PM para fazer TCs?", questiona. .

A presidente do Sindpesp defende a urgência na contratação de mais policiais civis no estado de São Paulo. **(Bruno Hoffmann)**

Publicidade Legal

SÃO VICENTE A. C.
Fundado em 21 de abril de 1928
ESTÁDIO MANSUETO PIEROTTI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária
Triênio 2022-2024

Pelo presente Edital, o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. João Baptista de Lima Freitas Junior, nos termos do artigo 40º, inciso I, do Estatuto Social, convoca os senhores associados do São Vicente Atlético Clube, para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se nas dependências do clube, localizado à Rua Marquês de São Vicente, 539 – Parque Bitaru – São Vicente/SP, no dia **30 de abril de 2024**, com início às **19:00 horas**, em primeira convocação, com a presença mínima da metade dos associados que a constituem, e às **19:30 horas**, em segunda convocação, com qualquer número de associados, para cumprimento da seguinte:

ORDEM DO DIA
a) Leitura, discussão e votação da ATA da Assembleia Geral anterior.
b) Conhecer, debater e aprovar ou não, o relatório e a prestação anual de contas da Diretoria, referentes ao exercício de 2023, acompanhadas do Parecer da Comissão Fiscal.
c) Expediente.

São Vicente, 15 de abril de 2024.
João Baptista de Lima Freitas Junior
Presidente do Conselho Deliberativo

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO: 30 DIAS. PROC. 1023701-67.2022.8.26.0562. O MM Juiz de Direito da 8ª Vara do Foro de Santos/SP, Dr. Fernando de Oliveira Mello, na forma da Lei, FAZ SABER a ANDRÉIA NAIR LOPES, CPF 159.067.408-13, que lhe foi ajuizada Ação de Execução de Título Extrajudicial por SOCIEDADE VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, para cobrança de R$ 39.359,03 (25/05/2023), representado pelo Termo de Confissão de Dívida, anexo aos autos. Encontrando-se a executada em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para no prazo de 03 dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, pagar o débito atualizado, sob pena de penhora e, em havendo pagamento em tal prazo, a verba honorária fixada em 10% será reduzida pela metade; e, querendo, no prazo de 15 dias, poderá oferecer Embargos (art. 915 CPC) ou Pedido de Parcelamento da Dívida (art. 916 e §§ CPC); sendo nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente publicado na forma da lei. NADA MAIS.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0003936-98.2020.8.26.0562. O(A) MM Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Santos, Estado de São Paulo, Dr(a). SIMONE CURADO FERREIRA OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PAULO ELOI CARVALHO DOS SANTOS, CPF 215.724.998-26, que nos autos do Cumprimento de Sentença que movido por COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO, foi efetuada a transferência do valor de R$ 27.080,64, da Caixa Vida e Previdência S/A, para a conta judicial junto ao Banco do Brasil, posto Fórum de Santos/SP, agência 5537-9 (fls. 778). Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (art. 525, § 11/ art. 917, § 1º, CPC/2015), contados do decurso do prazo deste edital. Será o presente publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santos, aos 11 de abril de 2024.

Edital De Intimação - Prazo De 20 Dias. Processo Nº 1009707-63.2014.8.26.0590/01 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de São Vicente, Estado de São Paulo, Dr(a). Artur Martinho de Oliveira Júnior, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Juliana Bezerra Mateus, CPF 373.299.558-50, que nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença requerida por Fortec Assessoria e Treinamento Ltda, foi deferida a sua intimação por edital para que, no prazo de 15 dias úteis, pague o valor de R$2.947,00 (29.09.16), devidamente atualizado, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência de multa de 10%, além de honorários advocatícios de 10% sobre o total. Transcorrido o referido prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, prazos estes a fluir os 20 supra. Será o edital e publicado na forma da Lei. São Vicente, aos 09 de abril de 2024. K-18e19/04

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
Prestador de Serviço Autorizado Itaú ZUK

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A
Fiduciante: GABRIEL MARQUES HENRIQUE FERREIRA

LOTE 01 - Apartamento nº 36-A, localizado no 3º andar ou 4º pavimento do Bloco A do Edifício Solar Maripuanã, situado a Rua Dona Vitoria nº 196, distrito, município e comarca de Guarujá, com a área útil de 67,20000ms2, área de garagem de propriedade exclusiva e vinculada de 14,00000ms2; área comum de 15,68000ms2, no total de 98,98000ms2, contendo de acordo com a NB 140 da ABNT mais 14,29000m2 de área descoberta, totalizando a área global de 111,17000ms2, pertencendo-lhe tanto no terreno como nas partes comuns uma fração ideal de 1,98637% do todo, confrontando de quem da Rua Dona Vitória olha para o prédio com o apartamento de final 5 do andar do outro com uma área livre lateral direita, nos fundos com a área de recuo da construção e na frente com o hall de circulação, poços de iluminação, elevador e parte com o apartamento de final 4 do andar. É de propriedade exclusiva do apartamento, ficando ao mesmo vinculada a garagem nº 36 localizada no andar térreo ou primeiro pavimento, com a área útil de 14,00000m2, confrontando de quem da Rua Dona Vitória olha para o prédio, de um lado com a garagem nº 26 de outro com a garagem 46 nos fundos com a garagem 35 e na frente com a área para manobra de autos por onde tem sua entrada. **Imóvel objeto da matrícula nº 30.074 do Oficial de Registro de Imóveis de Guarujá/SP. Observação**: **(i)** Consta gravada na Av.17, Penhora, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. **(ii)** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 14/05/2024, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 377.594,32 (Trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos). 2º Leilão dia 28/05/2024**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 398.232,20 (Trezentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 03 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 05 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)
Santander ZUK

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **SANTANDER BRASIL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n° 55.942.312/0001-06**, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra com Caráter de Escritura Pública, n° 0000044648, Grupo: 003021 Cota: 0387 00, firmado em 23/01/2009, com os Fiduciantes: **ESPÓLIO DE LINDALVA DE SOUSA OLIVEIRA**, portadora do RG nº 30.196.880-9-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 307.748.318-12, representada pelo inventariante e codevedor **LUCIANO DE OLIVEIRA FREITAS,** brasileiro, solteiro, maior, motorista, portador do RG nº 25.080.677-0-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 254.719.638-73, residente e domiciliado em São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 303.103,30 (trezentos e três mil cento e três reais e trinta centavos** - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Avenida São Francisco, nº 12.752, Lote 03 da Quadra 07, Balneário Verde Mar, Mongaguá/SP. Área de terreno: 391,00m², Área construída: 137,34m², melhor descrito na matrícula n° 28.835 do Oficial de Registro de Mongaguá/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 233.210,90 (duzentos e trinta e três mil duzentos e dez reais e noventa centavos** – *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97*)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21504)

SAÚDE. Ministério emitiu nota técnica ampliando a vacinação contra a dengue para todas as pessoas de 4 a 59 anos

Saúde decide ampliar vacina contra a dengue

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
A adesão à campanha de vacinação contra a dengue é baixa no país

O Ministério da Saúde emitiu nota técnica na noite de quarta-feira (17) ampliando a vacinação contra a dengue para todas as pessoas de 4 a 59 anos, conforme aprovado pela bula do imunizante.

A estratégia tem como objetivo reduzir a perda das doses com vencimento no próximo dia 30 de abril e é válida somente para esse contingente próximo ao vencimento. Cabe aos municípios com doses da vacina próximas à data de vencimento a estratégia de ampliação.

Em um primeiro momento, a pasta recomenda a ampliação da faixa etária infantojuvenil, de 6 a 16 anos. Só após a inclusão desses grupos os municípios podem, se tiverem necessidade, ampliar para toda a população elegível conforme aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Estratégia tem como objetivo reduzir perda das doses com vencimento no próximo dia 30 e é válida só para esse contingente próximo ao vencimento

Segundo o ministério, todas as pessoas que receberam uma dose devem ter a segunda dose garantida.

A adesão à campanha de vacinação contra a dengue, atualmente recomendada só para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, é baixa no país.

A vacina Qdenga, produzida pela farmacêutica Takeda, foi aprovada em julho de 2023 para pessoas de 4 a 59 anos após estudos clínicos da vacina demonstrar eficácia geral de 80,2% na proteção contra a dengue. Os participantes foram acompanhados por 4,5 anos.

Pessoas com menos de 4 anos ou 60 anos ou mais não foram incluídas no estudo, por isso a vacina não foi aprovada para essas faixas etárias.

Em dezembro, após aprovação na Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), a Qdenga foi incorporada ao SUS, e o Ministério da Saúde comprou 5,2 milhões de doses para a imunização neste ano. Devido à limitação de produção do laboratório, o quantitativo, suficiente para imunizar aproximadamente 1,1% da população, a recomendação foi de vacinar apenas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

Iniciada em fevereiro, a vacinação contra a dengue tem tido baixa procura do público-alvo. Com o risco de vencimento das doses, municípios que não haviam recebido as doses em um primeiro momento fizeram solicitações à pasta, que fez um remanejamento das doses na última semana.

Em entrevista à Folha de S.Paulo na última segunda-feira (15), a Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel disse não haver relatos dos estados e municípios que fizeram a pasta cogitar a criação de uma segunda estratégia.

"Nós não tivemos nenhuma notícia dos estados ou municípios de que estão com excesso de doses. Não fomos informados que haveria um grande número com possibilidade de vencimento para que a gente pudesse pensar em uma outra estratégia, então no momento, permanecemos nessa estratégia", afirmou.

A situação da última quarta-feira, porém, parece ter mudado a estratégia do ministério, que decidiu pela ampliação do público-alvo.

A reportagem procurou a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo para saber se haverá ampliação do público-alvo na cidade, mas não recebeu resposta até a publicação deste texto. **(FP)**

Governo proíbe cartão de crédito para pagar apostas

Pagamentos via Pix ou cartões de débito foram autorizados, como anteciparam alguns veículos de comunicação

AGÊNCIA BRASIL
Regulamentações do mercado de bets constam em portaria

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) proibiu o uso de cartão de crédito como meio de pagamento para apostas de alíquota fixa, que englobam apostas esportivas (as chamadas bets) e jogos online.

Pagamentos via Pix ou cartões de débito foram autorizados, como antecipou a Folha de S.Paulo.

O conjunto de regulamentações do mercado de bets consta em portaria publicada pelo Ministério da Fazenda no DOU (Diário Oficial da União) desta quinta-feira (18).

A normativa estabelece também que não serão aceitos pagamentos em dinheiro (em espécie), boletos, cheques, criptoativos ou outras formas alternativas de depósito que possam dificultar a identificação da origem dos recursos.

Ao vetar o uso do cartão de crédito para o pagamento de apostas, o governo busca prevenir que essa atividade impulsione o superendividamento dos brasileiros e o vício dos apostadores.

Já a restrição imposta a outras modalidades de pagamento tem como objetivo a prevenção à lavagem de dinheiro considerando que alguns meios, como boletos, são muitas vezes vinculados a esse tipo de crime.

O apostador poderá transferir recursos via Pix, TED, cartões de débito ou pré-pagos. Para isso, será necessário uma conta cadastrada na bet onde será realizada a aposta. Tanto a conta do apostador quanto a do operador precisam ser mantidas em instituições financeiras ou de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

A portaria determina ainda que as bets autorizadas a funcionar pelo Ministério da Fazenda terão até 120 minutos, ou seja, duas horas para realizar o pagamento dos prêmios devidos na conta dos apostadores.

O prazo será contado a partir do encerramento do evento real de temática esportiva ou de uma sessão do evento virtual de jogo online objeto das apostas.

"O pagamento dos prêmios pelo agente operador deverá ser efetuado exclusivamente por meio de transferência eletrônica em favor de conta bancária ou de pagamento previamente cadastrada de titularidade do respectivo apostador", diz o texto.

O normativo também estabelece regras para garantir a segregação dos recursos dos apostadores e dos operadores. Isso significa que o dinheiro dos clientes não poderá ser utilizado para cobrir despesas operacionais de responsabilidade das bets ou dado como garantia de dívidas das empresas.

A ideia é minimizar o risco de má gestão dos recursos financeiros. Também como medida preventiva, as empresas devem ter reserva financeira no valor de R$ 5 milhões, de forma que possam garantir o pagamento de prêmios e demais valores devidos aos apostadores em casos de insolvência ou iliquidez.

"A reserva financeira deve ser mantida de modo apartado das contas transacionais e demais contas proprietárias de titularidade do agente operador", determina o texto.

O projeto de lei que regulamenta as apostas esportivas foi aprovado pelo Congresso no fim do ano passado. **(FP)**

Sistema de alerta de alagamentos será lançado até maio

MArcelo camargo/agência brasil
Informação foi divulgada pelo ministro da Integração, Waldez Góes

Um sistema de alerta, via mensagens de celular, que ajudará a população em situações de desastres naturais, como alagamentos e deslizamentos decorrentes de chuvas intensas, deverá ser colocado em prática pelo governo federal até o fim de maio.

Por meio do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, a ideia é aumentar a sinergia entre os entes federados, bem como organizar e definir planos de contingência mais eficientes para informar a população sobre ocorrências desse tipo. Por meio desses canais de comunicação, as pessoas vão saber o que fazer e para onde ir, nessas situações emergenciais.

O tema foi abordado pelo ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, durante o programa Bom Dia, Ministro, veiculado pelo Canal Gov, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Moradores da Bacia do Rio Tejipió, no Recife, sofrem com alagamentos e enchentes - Foto: Prefeitura do Recife

Segundo Góes, faz parte dos objetivos do plano organizar e dar maior rapidez às respostas para situações de falta ou excesso de água. "Para tanto, vamos organizar melhor a sinergia entre governos federal, estadual e municipal", disse o ministro ao destacar que o plano prevê uma série de treinamentos e capacitações das defesas civis para estabelecer um "sistema de mensagem que vai direto ao celular", melhorando o tempo de resposta de autoridades e da população.

NOVA CULTURA. "Precisamos ter organização e plano de contingência, para as pessoas saberem o que fazer e para onde ir [nessas situações extremas]. O Brasil não tem uma cultura de planos de contingência, nem a experiência de viver eventos extremos [como outros países]. E isso é algo, hoje, muito recorrente, devido aos eventos extremos", disse o ministro.

Waldez Góes explica que a ideia é gerar uma nova cultura, onde as pessoas possam, com a ajuda de sistemas de alerta e planos de contingência, ter acesso a previsões de incidências chuvas intensas, bem como sobre os riscos de deslizamentos e alagamentos que, por ventura, possam ocorrer. "Isso pode acontecer muito rápido. Às vezes, em menos de seis horas", complementou.

"Nós vamos começar [a implementar o programa de alerta] até final do próximo mês [maio]. Está tudo pronto nos ministérios de Integração e Desenvolvimento Regional; das Comunicações; da Secretaria de Comunicação do governo; e na Anatel", adiantou o ministro.

SÃO FRANCISCO. Segundo Waldez Góes, o governo federal pretende, nos próximos anos, aumentar o bombeamento das águas que abastecem a transposição do Rio São Francisco. "Temos de aumentar o bombeamento e a captação para os canais de distribuição, para que essa água chegue a mais pessoas", informou.

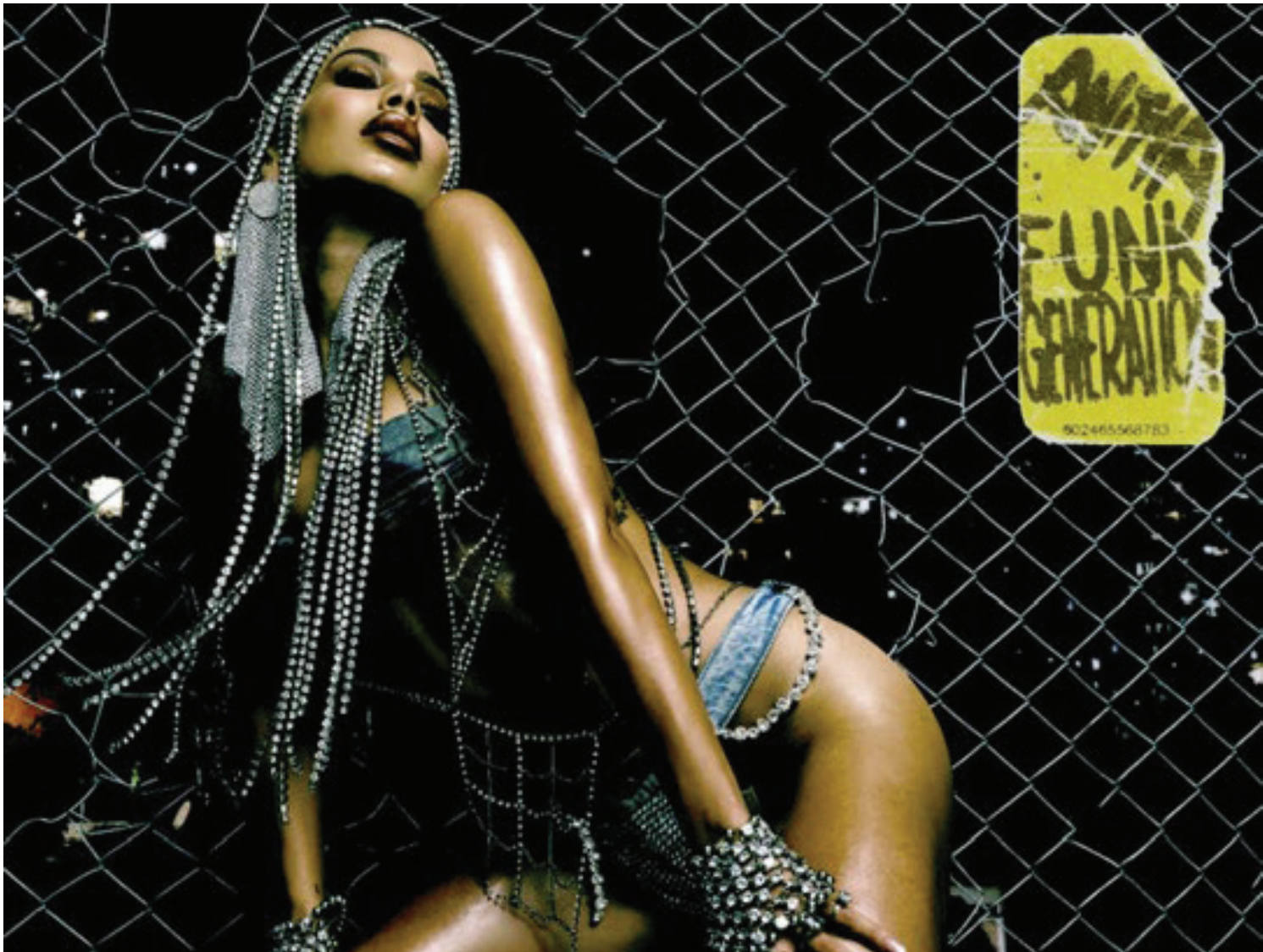
Ele lembrou que os presidentes Lula e Dilma são responsáveis por quase 100% de todas as obras de transposição de São Francisco. "Essas obras estão prontas e é bom que a gente sempre diga isso", acrescentou em meio a comentários sobre os prejuízos que têm sido causados pela divulgação de notícias falsas (fakenews) relacionadas a este empreendimento.

"Estão pegando imagens de obras como a do Cinturão das Águas, no Ceará, que ainda não foi abastecido de água, e imagens de outro canal cheio de água e dizem que a água que ali estava não está mais", afirmou.

"Isso é um desserviço à população, para atacar o governo responsável pela política pública", acrescentou ao convocar moradores locais a gravarem e divulgarem vídeos mostrando a real situação das obras de transposição. **(AB)**

CAPA DE NOVO ÁLBUM
Anitta retoma estética funk

Com pedrarias, jeans, e muito brilho, cantora traz de volta a estética funk em seu sexto álbum, que será lançado dia 26 de abril

Enquanto se prepara para o lançamento de seu sexto álbum de estúdio, "Funk Generation", Anitta divulgou a capa do novo trabalho nesta quarta-feira (17), em que aparece vestindo peças curtas jeans e muitos acessórios com pedras e brilhos, inclusive uma peça de cabeça com tiras longas de pedras. O novo disco chega às plataformas no dia 26 de abril, à 1h. "Funk Generation é um álbum em que celebro minhas raízes. É onde expresso o poder do funk carioca em cada faixa -batidas únicas, dançantes e sensuais. É um ritmo nascido nas favelas, onde cresci, que exala resistência e arte em todas as comunidades", escreveu a cantora nas redes sociais..

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

1º episódio de 'Tributo'

Aos 94 anos de idade e mais de 70 de profissão, Lima Duarte é o entrevistado do primeiro episódio de "Tributo", que vai ao ar nesta sexta-feira (19) na Globo. O ator, que trabalha na televisão brasileira desde o primeiro dia de sua inauguração, falou sobre sua relação com a telinha e com os telespectadores. "Sou um cara que trabalhou muito, desde o primeiro dia de televisão, e até hoje está por aí fazendo umas caretas, em comunhão com o povo. Quero ser lembrado como um velho amigo que vem todas as noites contar, viver e ouvir histórias".

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

After secreto

Yasmin Brunet reuniu alguns ex-participantes do BBB 24 (Globo) em um after secreto e posou ao lado de Rodriguinho. A empresária apareceu ao lado do artista e descartou inimizade. "Ele veio! A paz está selada". Durante o reality, Rodriguinho e Nizam criticaram o corpo de Yasmin. Ao ser eliminada, Yasmin assistiu ao momento.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Livro

Décimo eliminado do BBB 24 com 78,23% dos votos no final de fevereiro, Rodriguinho esperou o fim do reality para anunciar que vai lançar um livro contando a experiência que viveu no programa. "Fora da Caixa - Um Novo Ciclo" é o nome da publicação, um tipo de diário que o cantor abre para os seguidores relatando os seus erros e acertos os certos em quase dois meses na atração.

Wagner quebra nariz de instrutor do Bope

São 17 anos desde que interpretou o Capitão Nascimento em "Tropa de Elite" e outro inúmeros filmes de sucesso, mas Wagner Moura continua falando sobre os personagem do longa do diretor José Padilha. O ator contou uma curiosidade dos bastidores das gravações. Faixa roxa em Jiu Jitsu, ele quebrou o nariz de um policial. "Era uma preparação sinistra e eu quebrei o nariz de um cara do Bope. Foi louco, porque o cara ficava me provocando no treinamento. E aí teve uma hora que ele falou uma coisa lá do meu filho e eu quebrei o nariz dele", contou Moura em entrevista ao podcast Podpah, nesta terça-feira (16)

AGNEWS

Curtas

DIVULGAÇÃO

ALTA. A escritora Roseana Murray, atacada por pit-bulls no último dia 5, teve alta do Hospital Estadual Alberto Torres, no Rio de Janeiro, nesta quinta-feira (18). Ela ficou internada por 13 dias e perdeu um braço e uma das orelhas. Ao sair da unidade hospitalar, a escritora foi ovacionada e aplaudida pela equipe médica. Roseana trocou os curativos antes de deixar o hospital e deve retornar à unidade na próxima terça-feira para uma avaliação dos cirurgiões.

DESABAFO. Fabio Assunção usou as redes sociais, nesta quinta-feira (18), para desabafar sobre a saudade que sente da filha caçula, Alana Ayo, que está prestes a completar três anos no final do mês. Sem entrar em detalhes sobre os motivos, o ator revelou que já passaram sete meses desde que viu a pequena, fruto de seu antigo casamento com a atriz Ana Verena.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

DEU À LUZ. A atriz Fernanda Paes Leme deu à luz Pilar, sua primeira filha com Victor Sampaio. O anúncio foi feito ao site Hugo Gloss, e o casal divulgou as primeiras imagens da primogênita ao jornalista. Pilar nasceu na quarta-feira (17), com 50 cm e 3,325 kg. Fernanda e Victor estão noivos desde junho de 2022 e anunciaram a gravidez de Pilar em outubro do ano passado.

Frase

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

"Acredito que está resolvido o que a gente viveu".

Matteus, atual vice-campeão do BBB 24, sobre conversa com Deniziane.